

NOTAS ECONÓMICAS

4

ROBERT BOYER LES CAPITALISMES VERS LE XXI^{ème} SIÈCLE (II)

J. ROMERO DE MAGALHÃES OS CONCELHOS NA ECONOMIA PORTUGUESA DE ANTIGO REGIME

J. A. SOARES DA FONSECA / FÁTIMA SOL O MODELO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DE TOBIN

LUÍS PERES LOPES MANUFACTURING PRODUCTIVITY IN PORTUGAL

MARIA ANTONINA LIMA NÉO-PROTECTIONNISME ET DÉSORGANISATION DES MARCHÉS

B. JAY COLEMAN / MARK A. McKNEW IDENTIFYING A DOMINANT MULTILEVEL LOT SIZING HEURISTIC FOR USE IN MRP RESEARCH

J. G. XAVIER DE BASTO UMA REFLEXÃO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

LINO FERNANDES GLOBALIZAÇÃO, MERCADO ÚNICO E ECONOMIAS DE PROXIMIDADE

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NÚMERO 4 / Novembro 94 / PÁGINA 1-300 / ISSN 0872-4723



Schumpeter, Joseph (1942) *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Allen and Unwin.

Swedberg, Richard (1990) *Economics and Sociology — Redefining their Boundaries: Conversations with Economists and Sociologists*, Princeton, Princeton University Press.

Boaventura de Sousa Santos (1994)

Pela mão de Alice — o social e o político na pós-modernidade, Porto, Edições Afrontamento, 299 p.

Em *Pela mão de Alice* encontram-se quase todas as grandes linhas de reflexão desenvolvidas até hoje por Boaventura de Sousa Santos (BSS), o que fica a dever-se desde logo, à circunstância de o livro ser constituído maioritariamente por textos já antes publicados em Portugal e no estrangeiro.

Não se tratando de um livro de leitura fácil, sobretudo para os que não tenham acompanhado de perto a construção da vasta obra de BSS, haverá vantagem em procurar situar os temas agora tratados nas fileiras intelectuais a que pertencem.

1) A *primeira fileira*, que se apresenta neste livro sobretudo de modo implícito, mas nem por isso menos marcante, remete para as concepções de epistemologia e sociologia da ciência que o autor tem vindo a elaborar e desenvolver em várias alturas.

Uma delas sublinha as virtualidades de uma aproximação das ciências sociais às humanidades, na sequência do trajecto que, segundo o autor, as ciências da natureza terão vindo a fazer em direcção às metodologias e pressupostos de análise das ciências sociais. Uma grande abertura, no próprio processo de escrita dos textos nesta última área do conhecimento, à pluralidade de estilos e géneros literários de que se tem alimentado o saber das humanidades, será uma das consequências virtuosas de tal aproximação, e nada melhor do que o próprio título do livro para ilustrar o modo como o autor aqui a assume.

A preocupação em retirar orientações político-pragmáticas (ou só pragmáticas?) a partir, ou no próprio movimento, de formulações de natureza eminentemente interpretativa — a qual é bem visível em capítulos tão distintos como os dedicados à Universidade, à administração da justiça ou à democratização dos espaços do poder social — adequa-se bem, por outro lado, ao princípio, defendido por BSS em *Um discurso sobre as ciências e*

Introdução a uma ciência pós-moderna, de que todo o conhecimento visa constituir-se em senso comum.

O interesse de BSS pela sociologia da ciência e pela avaliação crítica das políticas científicas está bem presente na sua obra, pelo menos desde um artigo que sobre o tema publicou no número inaugural da “sua” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. É um filão retomado aqui, a propósito da crise actual do aparelho de produção e difusão de conhecimentos por excelência que é a Universidade. Crise de hegemonia, crise de legitimidade, crise institucional — eis o diagnóstico que, a propósito da vetusta instituição, BSS nos apresenta. Algumas interrogações que hoje se formulam em torno da Universidade encontram nesse diagnóstico contextualização adequada. Deve a Universidade formar privilegiadamente profissionais ou cidadãos, investigadores ou técnicos? Deve “abrir-se ao exterior”? Mas como? Prestando serviços, respondendo pontualmente a procuras pontuais ou tentando induzir procuras através de alguma ousadia na apresentação de propostas de trabalho à comunidade? É possível compatibilizar produção cultural de qualidade com democratização no acesso à Universidade? Que sentido tem a autonomia universitária num contexto de recuo do Estado-Providência, com a consequente asfixia financeira das Universidades? O que pode trazer de novo um processo de avaliação do desempenho universitário?

2) A *segunda fileira* da obra de BSS representada em *Pela mão de Alice* reporta-se a um conjunto de temas habitualmente enquadrados na sociologia política, do direito e do poder.

É um caminho que o autor vem percorrendo desde o início da sua carreira académica, quando empreendeu uma concludente análise dos modos como, no espaço de exclusão das favelas brasileiras, se pôde construir e reproduzir um sistema jurisdicional alternativo — informal e não-oficial, mas dotado de inegável eficácia. Mais tarde, em *O discurso e o poder — ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*, a atenção de BSS concentra-se já sobre as subtis engrenagens de produção e legitimação da ordem social imputáveis aos usos institucionais da

linguagem na esfera do direito. Em “A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça” (Cap. 7 de *Pela mão de Alice*), e retomando tópicos anteriormente referenciados, surge-nos um sólido inventário dos obstáculos económicos, culturais e sociais que se opõem a um acesso efectivo à justiça, bem como uma extensa reflexão sobre os mecanismos de resolução de conflitos sociais. O objectivo é demonstrar que, dado o Estado não ter o monopólio da produção e distribuição do direito, é indispensável partir para a pesquisa neste domínio assumindo a existência de múltiplas articulações entre modos de jurisdição alternativos e a ideia de que é o litígio e não a norma a unidade de análise a privilegiar.

O conjunto de trabalhos reunidos há alguns anos em *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)* constitui um exemplo marcante da importância que tem tido, no percurso intelectual de BSS, a reflexão sobre o Estado. Demonstra aí o autor todo o interesse em não fazer dessa instância o objecto único ou mesmo privilegiado da análise sobre o poder, dando-nos, pelo contrário, indicações seguras, nos planos teórico e empírico, das enormes virtualidades da análise sociológica quando é capaz de pensar o Estado em articulação com outros “modos de produção do poder social”.

No capítulo 5 de *Pela mão de Alice*, BSS retoma, com fôlego renovado, essa sua virtuosa obsessão, propondo não apenas uma crítica tão radical quão consistente da dicotomia Estado/Sociedade Civil, como ainda uma alternativa teórica assente numa tipologia do poder social. Constrói-a com base na consideração de quatro espaços estruturais (o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço da cidadania e o espaço mundial), a que faz corresponder não apenas instituições e modalidades de relações sociais próprias, como distintos mecanismos de poder, modos de racionalidade e formas de direito. Daí até à formulação de um conjunto de hipóteses sobre o Estado e as formas de poder social em Portugal não vai senão um passo, dado com a firmeza de quem tem vindo a estruturar uma interpretação global e pluridimensional sobre o lugar da sociedade portuguesa no espaço de relações de força mundiais e na “transição de paradigmas societais”.





Ainda a este respeito, só falta acrescentar que, se as propostas para uma nova teoria da democracia e da emancipação social apresentadas no Capítulo 9 assumem uma inesperada limpidez, tal fica a dever-se em grande medida ao trabalho de explicitação e fundamentação analítica, desenvolvido em capítulos anteriores, sobre os referidos modos de produção social e sobre as dificuldades de articulação, na modernidade, entre subjectividade e cidadania.

3) Vê-se pelos tópicos agora mesmo enunciados não ser necessário atingir o último capítulo do livro, altura em que mais explicitamente se sublinha a urgência do pensamento utópico como forma de ultrapassar problemas planetários tão dramáticos como a fome e a guerra em grande escala, a explosão demográfica, as brutais assimetrias Norte-Sul ou a ameaça de uma degradação ambiental irreversível, para se descobrir o lugar da utopia, a atracção utópica, na obra de BSS. Em *Pela mão de Alice*, essa é uma marca que volta a estar presente, não hesitando o autor em sobrepô-la, sempre que necessário, às minúcias da análise sociológica mais convencional sobre os mecanismos que sustentam a produção e reprodução das estruturas sociais. Perante algumas das suas propostas, é inevitável ficar-se às vezes com a sensação de que partem de uma espécie de hipóteses sobre-sociológicas, que os instrumentos teórico-metodológicos disponíveis na disciplina jamais poderão pôr à prova. Mas, se bem avalio as posições epistemológicas de BSS, talvez não seja essa uma questão que verdadeiramente o preocupe ou lhe tolha os movimentos em direcção ao conhecimento (para ele sempre prospectivo) da realidade social.

4) A *quarta fileira* a considerar remete para a sociologia da cultura. É, de todas elas, a que tem raízes menos fundas na obra de BSS, não obstante ser verdade que, pelo menos na abordagem dos saberes e representações do senso comum (que teve de empreender para balizar o seu projecto de construção de uma ciência pós-moderna), a questão cultural não lhe tenha escapado.

Tem-se a sensação de que o livro corresponde, neste domínio, a um ponto de

viragem. Surge-nos, por um lado, uma denúncia particularmente tenaz dos discursos ideológicos, se não mesmo mitológicos, sobre Portugal — uma espécie de senso comum erudito que frequentemente parece obstinar-se, segundo o autor, em considerar Portugal um país indecifrável. Por outro lado, num capítulo intitulado “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, BSS desenvolve longas considerações quer sobre as contestações que lhe foram dirigidas pelas correntes culturais romântica e marxista, quer ainda sobre o movimento de regresso das identidades, a multiplicação de vínculos identitários e as dificuldades em definir hoje movimentos emancipatórios globais. Ensaia ainda o autor uma teorização da cultura portuguesa como cultura de fronteira, sugerindo que ela vai buscar o essencial da sua especificidade a alguma dificuldade em se diferenciar de outras culturas nacionais (cosmopolitismo), bem como à capacidade para manter até hoje uma forte heterogeneidade interna (acentrismo). “Hipótese de trabalho”, diz BSS; mas que conviria começar a testar, desde já — acrescento eu —, com recurso à literatura sociológica sobre dinâmicas culturais que entre nós vai florescendo. Aguarda-se, aliás, que seja o próprio Boaventura de Sousa Santos a entrar em força no debate.

José Madureira Pinto